



# Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE



## Perse, com custo anual de R\$ 15 bilhões, não faz mais sentido

Do final de 2019 ao final de 2024, o PIB de serviços cresceu mais que o PIB total

A Receita Federal anunciou recentemente que o Perse, programa que concede isenção total de tributos federais (IRPJ/CSLL e PIS/Cofins) para alguns setores de serviços, acabará a partir de abril. Isso reflete o fato de que, em legislação aprovada pelo Congresso Nacional em maio de 2024, ficou definido que esse programa vigoraria até dezembro de 2026 ou até que o teto de renúncias de R\$ 15 bilhões fosse atingido, algo que ocorreu agora em março.

Ou seja: ao longo de 12 meses (abril de 2024 a março de 2025), o Perse representou uma renúncia de receitas de R\$ 15 bilhões. Representantes dos setores beneficiados pelo Perse diziam, no começo do ano passado, que esse montante seria de R\$ 5 bilhões a R\$ 6,5 bilhões

por ano.

Convém lembrar que a apuração dos custos com renúncias fiscais federais (“gasto tributário”) se tornou mais precisa e transparente com a introdução, a partir de meados do ano passado, da Dirbi (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária). Assim, as empresas passaram a ter que declarar todos os incentivos que recebem do governo federal.

Com o fim iminente do Perse, alguns beneficiários do programa e políticos já sinalizaram que irão buscar o Executivo para propor uma prorrogação dessas renúncias, fazendo ameaças de aumento de preços e demissões em massa caso o programa seja mesmo encerrado em abril.

Faz sentido manter essa po-

lítica? Para responder a essa pergunta, é preciso voltar a 2021. Em maio daquele ano, quando o mundo e o Brasil viviam a segunda onda da pandemia, o governo introduziu o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). O próprio nome já deixava claro que ele seria “emergencial”, portanto, temporário.

A justificativa para o Perse era a constatação de que alguns segmentos de serviços, sobretudo aqueles mais dependentes da circulação de pessoas, haviam sofrido muito mais com a pandemia do que a média da economia. Isso é um fato: em 2020, o PIB total brasileiro recuou 3,3%, ao passo que o setor de serviços registrou queda de 3,7%. O PIB de “outros serviços” -que engloba boa parte dos segmentos

atendidos pelo Perse- sofreu um tombo de 9,3%.

Não obstante, também é fato que, no quarto trimestre de 2024, o PIB dessazonalizado de serviços foi 12,2% superior àquele observado no quarto trimestre de 2019 -evolução superior àquela do PIB total, com variação de 10,8% no mesmo período (sem considerar impostos sobre produtos). Os “outros serviços” apresentaram um nível de atividade 19,6% maior nessa mesma comparação.

Outra forma de avaliar essa questão envolve comparar as projeções de consenso para o PIB de serviços elaboradas antes da pandemia com o resultado efetivo, de modo a averiguar se ainda existe alguma frustração gerada pelo choque pandêmico. Levando em conta expectativas

coletadas pelo Banco Central junto a mais de uma centena de analistas em dezembro de 2019, esperava-se que o PIB de serviços crescesse 2,4% a.a. em 2020-24. Qual foi a expansão efetivamente observada? Exatamente 2,4% a.a. (o BC não coleta projeções para o subcomponente “outros serviços”).

Portanto, não faz sentido dizer que esses setores continuam precisando do Perse para recuperar as perdas geradas pela pandemia. Por outro lado, o ganho de receitas tributárias com o fim desse programa será bem importante para ajudar a cumprir a meta fiscal deste e dos próximos anos -algo que beneficiaria todos os setores da economia, ao permitir uma queda mais rápida e intensa da taxa básica de juros.



BANRICOMPRAS E VERO  
**A DUPLA  
IMBATÍVEL**  
PRO SEU NEGÓCIO VENDER MAIS.

Pra quem compra,  
é sem juros.  
Pra quem vende,  
é a menor taxa do mercado.  
E tem muito mais:



## Certel prevê iniciar construção de hidrelétrica Bom Retiro, no rio Taquari, em agosto

/ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

As obras do projeto da maior usina da Certel, a hidrelétrica Bom Retiro, estão prestes a começar. De acordo com o presidente da cooperativa de Teutônia, Erineo José Hennemann, a expectativa é que os trabalhos iniciem em agosto deste ano.

O complexo será implementado no rio Taquari e abrangerá os municípios de Bom Retiro do Sul, Lajeado, Estrela e Cruzeiro do Sul. Com uma capacidade para a geração de 35 MW, o empreendimento poderá abastecer uma cidade com cerca de 100 mil pessoas. O investimento na hidrelétrica atualmente é calculado em torno de R\$ 350 milhões. A perspectiva é que as obras levem três anos para serem finalizadas.

O ambiente de comerciali-

zação da futura geração, mercado livre (onde grandes consumidores podem escolher de quem comprar a energia) ou regulado (formado por distribuidoras), dependerá dos preços da energia praticados em cada um desses segmentos. A hidrelétrica será implementada no entorno de uma eclusa existente no rio Taquari, que auxilia a navegação na região.

Havia o receio de que essa estrutura pudesse ter sido afetada pelas enchentes do ano passado e, de alguma forma, isso interferisse no projeto da usina, porém esse temor não se materializou. “A barragem se mostrou muito competente, não houve dano”, enfatiza o presidente da Certel. Hennemann acrescenta que ocorreram alguns reflexos quanto ao curso do rio, mas não o suficiente para afetar a condição da produção de energia.

Antes de começar as obras na usina a cooperativa deve res-

tabelecer, em maio, uma linha de energia sobre o rio Taquari, entre Estrela e Lajeado, e recuperar a hidrelétrica Salto Forqueta (situada entre os municípios de São José do Herval e Putinga). Ambas as estruturas foram danificadas pelas enchentes e o investimento nas suas reconstituições é estimado em um total de cerca de R\$ 70 milhões.

Além do aprimoramento na infraestrutura da Certel, Hennemann, que também é presidente da Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (Fecoergs), comemora o bom desempenho das associações gaúchas no recentemente divulgado Prêmio Aneel de Satisfação do Consumidor. A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões (Cermisões) foi reconhecida como a melhor permissionária de energia do Brasil e a Certel também figurou entre as mais eficientes.

Hennemann ressalta que o fator que destaca as cooperativas é um modelo de gestão e governança mais próximo do usuário e também reinvestir as sobras de recursos da sua atividade na melhoria das redes elétricas

e no atendimento. Ele frisa que as cooperativas gaúchas têm se mostrado como exemplos de associações e salienta que, devido às enchentes no Rio Grande do Sul, se intensificou a intercooperação entre esses grupos.



Presidente da cooperativa estima em três anos a conclusão da obra